

ATOS GOLPISTAS

# Prisão domiciliar a Heleno

Defesa do ex-ministro alegou que ele foi diagnosticado com Alzheimer e pediu cumprimento da pena em casa, e ministro Moraes concedeu. General foi condenado a 21 anos de prisão por participação na trama que pretendia derrubar o presidente Lula

» LUANA PATRIOLINO

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), concedeu, ontem, prisão domiciliar humanitária ao general Augusto Heleno, condenado a 21 anos de prisão por tentativa de golpe de Estado. Conforme antecipado pelo **Correio**, a defesa do ex-ministro do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) pediu o benefício argumentando o diagnóstico de Alzheimer, o que foi, agora, comprovado.

Ao conceder a prisão domiciliar, Moraes citou o resultado do laudo médico oficial elaborado por peritos da Polícia Federal. Segundo os médicos, Heleno apresenta “quadro demencial” em estado inicial, e a manutenção no regime fechado poderia piorar a saúde do general.

“Em instituição de custódia, acarreta inexoravelmente o declínio cognitivo progressivo e irreversível, que tende a ter sua evolução acelerada e agravada em ambiente carcerário, com o periciado em isolamento relativo e ausentes os estímulos protetivos e retardantes, em especial, o convívio familiar e a autonomia assistida”, concluiu o laudo.

O general deverá usar tornozeleira eletrônica e entregar os passaportes. Também está proibido

de usar telefone celular e de acessar as redes sociais.

A defesa afirmou que Heleno foi diagnosticado com Alzheimer somente em janeiro de 2025. No entanto, em depoimento durante exame de corpo de delito, o general, de 78 anos, declarou que convive com a doença desde 2018 — época em que era ministro de Jair Bolsonaro.

Na trama golpista, Augusto Heleno é apontado como a pessoa que, ao lado do ex-presidente, participou de uma transmissão na internet para disseminar fake news sobre o processo eleitoral. Ele foi condenado pelos crimes de organização criminosa armada, tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, golpe de Estado, dano qualificado contra o patrimônio da União e deterioração de patrimônio tombado.

Na decisão de ontem, Moraes também determinou que Heleno deverá comunicar ao STF deslocamentos para realização de consultas médicas. A restrição não vale para situações de emergência.

“O condenado deverá requerer previamente autorização para deslocamentos por questões de saúde, com exceção de situações de urgência e emergência, as quais deverão ser justificadas, no prazo de 48 horas, após o respectivo ato médico”, escreveu.

Rosinei Coutinho/STF



Matheus Mayer Milanez (D), advogado de Augusto Heleno, pediu a prisão humanitária por argumentar que o general tem a saúde debilitada

## Veto à dosimetria deve sair até 8 de janeiro

» WAL LIMA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva fará do veto ao projeto de lei (PL) da Dosimetria um “ato político” para rememorar os três anos dos ataques de militantes bolsonaristas contra as sedes dos Três Poderes em Brasília. A informação foi confirmada pelo líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), em entrevista a uma rádio baiana.

Na entrevista, o parlamentar recordou que a intenção de transformar o veto em um ato político já havia sido mencionada por Lula durante a última reunião ministerial, realizada na semana passada, quando o presidente chegou a pedir que os ministros estivessem em Brasília na data para participar da cerimônia, nos moldes do evento realizado este ano.

O senador, no entanto, não confirmou que este ato será no dia 8 de janeiro de 2026, coincidindo com a data dos atos golpistas. “O presidente Lula vai fazer um ato para que a gente não deixe passar a lembrança daquele dia triste que foi afrontar a democracia. Não sei exatamente que dia ele vai assinar o veto, mas ele vai assinar daqui até o dia 8 de janeiro”, afirmou o parlamentar.

Wagner garantiu que a posição do governo não mudou e minimizou as controvérsias em torno do

tema. “Não muda a minha posição, não muda a posição do presidente Lula”, pontuou ele.

Além da presença da equipe ministerial, o Palácio do Planalto pretende, segundo o senador, convidar os presidentes da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), e do Senado Federal, Davi Alcolumbre (União-AP), reforçando o caráter institucional da solenidade.

Na última sexta-feira, ao dizer que vetaria a proposta, Lula argumentou que iria “ensinar esse pessoal a respeitar”, referindo-se aos condenados, como o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

“Eles têm que aprender que, na democracia, vence quem tem mais votos. Na democracia, quem vence toma posse”, acrescentou o petista, que ainda frisou que, pela primeira vez na história do país, um ex-presidente e generais de alta patente foram presos por tentativa de golpe de Estado.

### Benefício a Bolsonaro

O PL da Dosimetria, que reduz as penas do ex-presidente Jair Bolsonaro e dos condenados dos atos antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023, foi aprovado pelo Senado Federal no dia 17 de dezembro. O PL altera a Lei de Execução Penal, para prever quando o condenado poderá passar para um regime

Jefferson Burdy/Agência Senado



Wagner disse que, mesmo com a decisão de Lula de vetar o PL, a sua posição em relação à matéria não muda

mais brando. Com a mudança, os 16% (ou 1/6) da pena em regime fechado valerão para crimes com ou sem os critérios de violência ou grave ameaça. Além disso, os reincidentes terão que cumprir 20% da pena. Com a legislação atual, os réus primários têm que cumprir 25% da pena em regime fechado, e os reincidentes, 30%.

O projeto foi aprovado com 48 votos favoráveis, 25 contrários e uma abstenção, após ter passado mais cedo pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), com a autoria do deputado federal Marcelo Crivella (Republicanos-RJ) e a relatoria do senador Esperidião Amin (PP-SC) que promoveu ajustes em relação à

versão aprovada pela Câmara dos Deputados, restringindo expressamente os efeitos da proposta aos crimes relacionados aos ataques às sedes dos Três Poderes, em 8 de janeiro, e afastando a possibilidade de aplicação generalizada a outros tipos penais, o que poderia beneficiar criminosos comuns.

Amin também acatou uma emenda do senador Sérgio Moro (União-PR) para limitar a redução de penas somente aos envolvidos nos atos golpistas. Apesar dos protestos de alguns senadores, a mudança foi considerada uma emenda de redação e não de mérito — o que faria o projeto retornar para nova análise da Câmara dos Deputados.

Para o relator, desde que foi concebido na Câmara dos Deputados, o projeto busca “corrigir distorções” com foco nas condenações dos atos antidemocráticos do 8 de janeiro. Amin afirmou que o texto é o primeiro passo para uma futura anistia, e que “traz um alento, sem acirrar os ânimos”.

“Há um consenso de que a mão [nos julgamentos] foi muito pesada. A narrativa de se tratar de “blindagem ampla” ou qualquer outra expressão que o valha não é verdadeira”, argumentou o relator.

Caso se torne lei, ainda não há consenso em relação à redução da pena de Bolsonaro, que foi condenado a mais de 27 anos de prisão. Entretanto, o relator da matéria na Câmara dos Deputados, deputado federal Paulinho da Força (Solidariedade-SP), chegou a afirmar que a pena do ex-presidente da República poderia ser reduzida de sete anos para pouco mais de dois anos em regime fechado.

Alan Santos/PR e Zeca Ribeiro/Câmara



Deputados cassados estão sem passaporte diplomático

## Eduardo e Ramagem sem passaporte

A Câmara cancelou os passaportes diplomáticos dos deputados Eduardo Bolsonaro (PL-SP) e Alexandre Ramagem (PL-RJ). Os dois foram comunicados do ato um dia após a publicação, no *Diário Oficial*, da cassação dos seus mandatos.

O informe foi repassado aos ex-parlamentares por meio de ofícios assinados pela Chefia do Serviço de Passaportes e Vistos da 2ª Secretaria da Mesa Diretora. Emitido pelo Ministério das Relações Exteriores, o passaporte diplomático é concedido a autoridades brasileiras e funcionários do serviço exterior. Têm direito ao documento de viagem o presidente da República, o vice-presidente e os ex-presidentes, os ministros e titulares de secretarias da Presidência, governadores, funcionários da carreira de diplomata, os membros do Congresso Nacional, entre outros.

Em sua rede social, Eduardo

publicou o ofício que recebeu, que diz que, “diante da vacância do cargo por perda de mandato pelo Ato da Mesa n. 229/2025, publicado no DCD n.245-A, edição extra, de 18/12/2025, comunico, de ordem do Segundo-Secretário, Deputado Lula da Fonte, o cancelamento dos seus passaportes diplomáticos”.

O texto diz que “o cancelamento ocorre em razão da necessidade de cumprirmos o previsto no inciso IX do caput do art. 6º do Decreto 5.978, de 4 de dezembro de 2006, que dispõe sobre o Regulamento de Documentos de Viagem”.

No ofício, a Chefia do Serviço de Passaportes e Vistos também solicita a devolução do passaporte diplomático “para que o Ministério das Relações Exteriores tome as devidas providências” O setor diz ainda que “os passaportes diplomáticos já estão cancelados”.

“Desde sempre a intenção é me bloquear no exterior”, escreveu no

X o parlamentar, que está nos Estados Unidos desde o fim de fevereiro.

Eduardo foi cassado por conta do número de faltas. Já Ramagem, ex-diretor da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) no governo Jair Bolsonaro, perdeu o mandato em razão de condenação no Supremo Tribunal Federal (STF) por participação na tentativa de golpe de Estado. A decisão também o torna inelegível e o afasta do cenário eleitoral. Ele foi sentenciado a 16 anos e um mês de reclusão. Proibido de deixar o país, ele descumpriu a determinação judicial e fugiu do Brasil rumo aos Estados Unidos

### Novo processo

Ontem, o Supremo recebeu uma nova ação penal contra o ex-diretor da Abin. O caso foi distribuído ao ministro Alexandre de Moraes e, se houver nova

condenação, eventual pena poderá ser somada àquela que o ex-parlamentar já cumpre.

A nova ação trata de dois crimes ligados aos ataques de 8 de janeiro que haviam ficado suspensos enquanto Ramagem exercia mandato parlamentar. Como as acusações se referem a fatos ocorridos após a diplomação, o STF havia paralisado o julgamento com base na imunidade prevista na Constituição. Com a cassação do mandato, a Corte determinou a retomada do processo e reatuuou o caso como nova ação penal.

### Extradição

Ontem também o Ministério da Justiça informou ao STF que solicitou ao Ministério das Relações Exteriores a extradição do ex-deputado federal. O ofício foi enviado ao gabinete do ministro Alexandre de Moraes em resposta a uma

mensagem eletrônica encaminhada pelo magistrado no último dia 17 de dezembro.

Segundo o documento, o pedido de extradição foi formalizado no mesmo dia junto ao Ministério das

Relações Exteriores.

O Ministério da Justiça informou ainda que novas informações sobre o caso serão encaminhadas ao Supremo Tribunal Federal assim que estiverem disponíveis.